

Revista Filosófica de Coimbra

vol.11 | n.º22 | 2002

Miguel Baptista Pereira
Mário Santiago de Carvalho
Fernanda Bernardo
Cristóvão da Silva Marinheiro

KANT, *L'Unique Argument Possible pour une Démonstration de l'Existence de Dieu*. Introduit, traduit et annoté par Robert THEIS, Paris: J. Vrin (Textes et Commentaires), 2001, 226p.

A publicação, em língua francesa, da obra de Kant, *Einzig moeglicher Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes*, publicada em 1762 (mas com data de rosto de 1763), não mereceria, por si só, especial notícia nas páginas desta Revista portuguesa, não se desse o caso de o seu introdutor, tradutor e anotador ser nada mais nada menos do que Robert Theis, um dos nomes que se tem justificadamente imposto no mais jovem escol dos eruditos kantianos. De facto, o título ora em apreço, a única obra de Kant exclusivamente dedicada à teologia filosófica (p. 87-191), surge-nos notavelmente apresentada por uma "Introdução" de uma refinadíssima coerência (p. 9-86) e de uma consistência informativa merecedoras de todo o louvor, além, é claro, das notas eruditas (p. 193-212) que antecedem uma informação bibliográfica relativamente exaustiva e actualizada (p. 213-18, com as habituais omissões ibéricas) e dos índices tão úteis, apesar de incompletos (notámos uma falha pelo menos: Anselmo de Cantuária), em particular o onomástico e o temático (p. 219-23). Enfim, um exemplo a seguir por todos aqueles de entre nós que praticamos a sensível, difícil, meritória e exigentíssima tarefa filosófica de tradução e comentário. Como se trata aqui de uma versão francesa, só nos resta desejar e ficar a aguardar trabalho afim para o nosso idioma (o leitor deverá saber, julgamos, que a versão portuguesa das três Críticas está disponível no mercado, além de outros títulos mais, mas a que o presente falta). De entre a obra do Prof. R.Theis (que é também co-director da prestigiada colecção "Studien und Texte zur Geschichte der europäischen Ideen" de Hildesheim), gostaríamos de sublinhar ao menos duas monografias – *Approches de la Critique de la Raison Pure* (Hildesheim 1991) e *Gott. Untersuchungen zur Entwicklung des theologischen Diskurses in Kants Schriften zur theoretischen Philosophie bis hin zum Erscheinen der Kritik der reinen Vernunft* (Stuttgart 1994) – assaz sintomáticos dos seus interesses, a filosofia da religião e a evolução filosófica até à primeira Crítica inclusive. Digamos desde já que não há incongruência nesta associação, porquanto uma das conclusões mais relevantes de RT vai no sentido de, sem escamotear o facto incontestável de o "único argumento" vir a ser desvalorizado no período crítico, evidenciar como o que está em causa nessa argumentação (a exigência natural e necessária da razão em busca de um fundamento absoluto), se apresentar como um *Leitmotiv* permanente, detectável, v.g., no capítulo dedicado ao ideal transcendental na *Crítica da Razão Pura*. Julgamos então poder dizer que RT aduz finalmente as provas que faltavam à sugestão auspiciosa de M. Heidegger (omitido por RT): "A questão de saber se e como e em que limites a afirmação 'Deus é' como posição absoluta é possível é o motivo secreto da C.R.P" (*Questions* II, 84). A diferença encontra-se por isso no motivo ontológico que torna possível a teologia em Kant, aspecto que, se Heidegger suspeitava, não saberia provar. Consabido é que *O Único Argumento possível...* se divide em três partes assimétricas: exposição do argumento, consideração sobre a sua vantagem, apresentação das razões que explicam o seu carácter único. Cumpre-nos então evidenciar o precioso estudo introdutório. Organizado em torno de duas grandes secções, "a emergência da afirmação teológica no primeiro pensamento de Kant" e "a teologia do 'único argumento'", RT procura contribuir quer para o enquadramento histórico-genético do tema quer para a determinação da sua coerência filosófico-especulativa. O primeiro intento segue a questão de método e da reforma da metafísica (o jovem Kant começa por arbitrar voluntaristicamente entre o mecanismo cartesiano e o dinamismo leibniziano, em 1749, trabalha numa nova explicação dos princípios do conhecimento filosófico, em 1755, o que o faz aproximar-se de um esquema argumentativo que constituirá a substância do escrito de 1762), isto é dizer, os primeiros esboços do problema ontoteológico no contexto da filosofia natural e da

cosmologia kantianas. Dali, designadamente à volta da discussão sobre o princípio de razão suficiente (para o efeito RT detém-se esmeradamente nas versões de Leibniz, de Wolff e de Crusius), retira Kant a enunciação do próprio problema teológico. Ele será desenvolvido em versões identificáveis: a físico-teológica na *História Geral* e a cosmo-teológica na *Nova Dilucidatio* (ambos os títulos de 1755). Baseando-se embora nos princípios da física newtoniana, Kant ultrapassa-os mediante a universalização de uma leitura mecanicista do Universo, já cosmológica já cosmogonicamente perspectivado, da qual se desprende a nova teologia que superará a tese de um Deus-ordenador por um Deus verdadeiramente Criador (ou seja, fundamento absoluto). Se esta é tese historicamente evidenciada, nela sobressai a coerência lógico-ontológica do trabalho kantiano em torno do possível e, acima de tudo, a comprovação de que a passagem à teologia, longe de ser acessória, é, como se disse, um elemento constitutivo do próprio discurso científico. O projecto é conseguido em quatro momentos concatenados: o ontoteológico, o físico-teológico, o carácter 'único' do argumento (Kant vs. Wolff) e a dimensão 'argumentativa' do mesmo (Kant vs. Leibniz). Partindo de um diálogo com a *Ontologia* de Wolff, lemos na *Nova Dilucidatio* (Proposição VII) a "proto-versão" da conhecida tese de que a existência não é um acidente, mas a posição absoluta de uma coisa, afirmação que se tornará "ponto de partida" para *O Único Argumento Possível...* e o "ponto crucial" da nova ontoteologia. Com efeito, pensar, sem excepção, a existência como posição comprometia a ordem das razões da ontoteologia tradicional que conferia ao Ser Necessário o privilégio de poder contar com a existência entre as suas realidades. Ora, a conclusão kantiana 'Es ist ein Gott' articula uma análise do possível com o conceito de existência absolutamente necessária (Wolff e Baumgarten) que promoverá a passagem à afirmação da identidade entre *ens realissimum* e Deus. Ora, a mais alta realidade, ao integrar o entendimento e a vontade, não só equivale a uma conquista da noção de um Deus pessoal, como independentiza a soberania desse Deus em relação à ordem do possível. Enquanto para Leibniz e Wolff Deus dependia dos possíveis coeternamente presentes no seu entendimento, ferindo assim a omni-suficiência divina, para Kant, Deus será independente do possível. O que legitima o lance é a anterioridade ontológica em Deus relativamente ao seu entendimento e a sua vontade, o que equivale a mostrar (e criticar) a artificialidade de uma física ou cosmologia que no plano da teleologia só tem acesso à noção de um Deus-arquitecto (e por isso não Criador). A construção de um único 'argumento' exige a crítica das provas tradicionais (o 'a priori' cartesiano e o 'a priori' wolffiano) e desde 1983 que J.Schmucker havia chamado a atenção para o facto de essa crítica n'*O Único Argumento Possível...* conter o essencial do que se virá a encontrar na *Crítica da Razão Pura*. Por sua vez, RT retira o corolário óbvio: o de que a crítica às provas da existência de Deus na primeira Crítica é independente dos princípios da Estética e da Analítica Transcendentais. Finalmente, a construção de uma prova 'única' coincide com a emenda de Leibniz (*Monadologia* § 43-45), na prática a desvalorização da antiga noção de necessidade absoluta, tornada mera definição nominal, substituindo-a pela necessidade que Wolff denominava como 'hypotética' e que em Kant é a única necessidade 'real'. Enfim, esta breve recensão é suficiente para pôr em destaque o trabalho exemplarmente minucioso de RT e que evidenciamos não só pela sua importância para os estudiosos da filosofia moderna, da metafísica e da filosofia da religião, mas também enquanto modelo para o que deveria ser entre nós o trabalho viril e sensível de tradução, de comentário e de anotação filosófica dos principais textos da nossa disciplina. O interesse sobre o teológico em Kant não é só justificável após Heidegger, mas também após Levinas. O filósofo italiano Giovanni Ferretti (*Ontologie et théologie chez Kant*, trad., Paris 2001) sublinha esse duplo desafio apontando a possibilidade de pensar um Deus não contaminado pelo ser mas nos limites do outro da objectividade (*noumeno*), ou seja, na região para além da qual há o sentido último do campo fenomenal, abrindo-se o espaço de uma transcendência que

possibilita a teologia. Seja como for, em ambas as direcções de investigação, de Theis e de Ferretti, é-nos dado um Kant que experimenta a razão nos seus limites, nos confins, conceito problemático, é certo, mas nem por isso menos necessário.

Mário Santiago de Carvalho

CHRISTOPH ASMUTH, *Das Begreifen des Unbegreiflichen. Philosophie und Religion bei Johann Gottlieb Fichte 1800-1806*, Spekulation und Erfahrung. Texte und Untersuchungen zum Deutschen Idealismus, Frommann-Holzboog, Stuttgart – Bad Cannstatt, 1999, 411 pp.

A obra *A Concepção do Inconceptualizável – Filosofia e Religião em Johann Gottlieb Fichte, 1800-1806*, de Ch. Asmuth, insere-se na linha de estudos desenvolvida sobretudo a partir da edição crítica da obra de Fichte, iniciada em 1962 sob a direcção de Reinhard Lauth, que parece encontrar-se definitivamente firmada no panorama filosófico contemporâneo. O interesse pelo pensamento de Fichte, manifesto em diversos países e em diferentes tendências de interpretação, resulta da presença, nos seus textos, de uma investigação incessante, que jamais recua perante os obstáculos conceptuais, de *princípios últimos* para o conhecimento do mundo, para a auto-tematização do pensamento e para a acção.

Diversas características do pensamento fichteano motivam o interesse daqueles pensadores dispostos, nos termos de Fichte, a “reflectir até ao fim”, ou seja, a nunca renunciar a exercer a compreensão e a inteligência próprias do sujeito pensante perante os factos. Entre essas características estão, em primeiro lugar, a radicalidade de um pensar que interroga sempre pelas condições primeiras de qualquer pensamento ou intuição. Em segundo lugar, o facto de que a investigação realizada envolve uma unificação entre princípios teóricos e práticos. A especulação filosófica deve vir a par de conceitos para a acção. Em terceiro lugar, porque a sua busca conceptual não é feita dentro de um quadro rígido, mas em versões sucessivas de uma *Doutrina da Ciência* [=WL] e outros textos, num permanente desenvolvimento. E poderia referir-se ainda, como motivo de interesse, a novidade de muitos dos textos e versões completas da WL que, embora escritos no período da filosofia clássica alemã, permaneceram inéditos até muito recentemente.

A obra em apreço abrange o período de 1800 a 1806, e consiste em cinco estudos relativamente autónomos. Asmuth estuda (1) a relação entre a denominada “filosofia popular” e a exposição científica da filosofia; (2) expõe alguns aspectos da filosofia da religião de Fichte segundo a *Iniciação à Vida Feliz* [=IVF], de 1805; (3) investiga a relação entre a linguagem e a *Doutrina da Ciência*; (4) empreende um estudo e comentário da segunda versão da *Doutrina da Ciência* de 1804 [=WL 1804²]; por fim, (5) aborda a relação entre Fichte e Schelling, desde a sua ruptura em 1801 até à IVF. Uma breve conclusão crítica encerra o livro. A unidade da obra assenta sobretudo no retorno de algumas questões como, por exemplo, a das relações entre idealismo e realismo, unidade e diversidade, fenomenologia e doutrina da verdade, ou exposição popular e exposição científica.

(1) Asmuth parte de um estudo histórico das concepções acerca da filosofia popular desde as últimas décadas do século XVIII, até às propostas fichteanas de 1805. O modo como Fichte se apropria do tema da popularização da filosofia exhibe uma tensão interna do seu pensamento, entre a impossibilidade confessada de a filosofia transcendental se tornar popular, uma vez que a sua atitude não coincide com a da consciência natural, por um lado e, por outro, o *pathos* do autor, ainda de cariz iluminista, de intervir sobre o público